

Edvaldo **Nilo** de Almeida

Sistema S

FUNDAMENTOS
CONSTITUCIONAIS



- O autor deste livro e a editora empenharam seus melhores esforços para assegurar que as informações e os procedimentos apresentados no texto estejam em acordo com os padrões aceitos à época da publicação, e todos os dados foram atualizados pelo autor até a data de fechamento do livro. Entretanto, tendo em conta a evolução das ciências, as atualizações legislativas, as mudanças regulamentares governamentais e o constante fluxo de novas informações sobre os temas que constam do livro, recomendamos enfaticamente que os leitores consultem sempre outras fontes fidedignas, de modo a se certificarem de que as informações contidas no texto estão corretas e de que não houve alterações nas recomendações ou na legislação regulamentadora.
- Fechamento desta edição: 03.05.2021
- O Autor e a editora se empenharam para citar adequadamente e dar o devido crédito a todos os detentores de direitos autorais de qualquer material utilizado neste livro, dispondo-se a possíveis acertos posteriores caso, inadvertida e involuntariamente, a identificação de algum deles tenha sido omitida.
- Direitos exclusivos para a língua portuguesa
Copyright © 2021 by
Editora Forense Ltda.
Uma editora integrante do GEN | Grupo Editorial Nacional
Travessa do Ouvidor, 11
Rio de Janeiro – RJ – 20040-040
www.grupogen.com.br
- Reservados todos os direitos. É proibida a duplicação ou reprodução deste volume, no todo ou em parte, em quaisquer formas ou por quaisquer meios (eletrônico, mecânico, gravação, fotocópia, distribuição pela Internet ou outros), sem permissão, por escrito, da Editora Forense Ltda.
- Capa: OFÁ Design
- **CIP – BRASIL. CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO.**
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ.

A446s

Almeida, Edvaldo Nilo de

Sistema S: fundamentos constitucionais / Edvaldo Nilo de Almeida. – 1. ed. – Rio de Janeiro: Forense, 2021. 480 p.; 23 cm.

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-596-4123-9

1. Direitos sociais – Brasil. 2. Serviço social – Brasil. 3. Serviço social autônomo. I. Título.

21-70829

CDU: 34:364.3(81)

Camila Donis Hartmann – Bibliotecária – CRB-7/6472

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	XXIX
CAPÍTULO 1 BREVE HISTÓRICO, ORGANIZAÇÃO E ESTRUTURA DOS SERVIÇOS SOCIAIS AUTÔNOMOS FEDERAIS.....	1
1.1 Serviços sociais autônomos federais.....	1
1.1.1 Serviço Nacional de Aprendizagem da Indústria	4
1.1.2 Serviço Social da Indústria	8
1.1.3 Serviço Nacional de Aprendizagem do Comércio e Serviço Social do Comércio	13
1.1.4 Serviço Social do Comércio.....	18
1.1.5 Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas	22
1.1.6 Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial	26
1.1.7 Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial	28
1.1.8 Agência Brasileira de Promoção Internacional do Turismo	30
1.1.9 Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural	33
1.1.10 Serviço Nacional de Aprendizagem Rural	35
1.1.11 Serviço Nacional de Aprendizagem das Cooperativas.....	37
1.1.12 Serviço Social do Transporte	42
1.1.13 Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte	43
1.1.14 Associação das Pioneiras Sociais – Rede Sarah Kubitschek	45
1.1.15 Agência para o Desenvolvimento da Atenção Primária à Saúde.....	47
1.2 Serviços sociais autônomos estaduais	48
1.2.1 Estado do Paraná.....	49
1.2.1.1 Paranaeducação.....	49
1.2.1.2 Paranaprevidência.....	53
1.2.1.3 Paraná Projetos.....	55
1.2.1.4 Paraná Tecnologia.....	56
1.2.1.5 Paranacidade	58
1.2.1.6 Agência Paraná de Desenvolvimento.....	60

1.2.2	Estado de Minas Gerais	61
1.2.2.1	Caixa Beneficente dos ex-Guardas Cíveis e Fiscais de Trânsito.....	61
1.2.2.2	Serviço Social Autônomo Servas.....	62
1.2.3	Estado do Amapá.....	63
1.2.3.1	Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento em Administração Pública.....	63
1.2.4	Estado do Amazonas.....	65
1.2.4.1	Fundo Previdenciário do Estado do Amazonas.....	65
1.2.5	Estado de São Paulo.....	67
1.2.5.1	Agência Paulista de Promoção de Investimentos e Competitividade.....	67
1.2.6	Estado do Acre.....	67
1.2.6.1	Serviço Social de Saúde do Acre.....	67
1.2.7	Estado do Alagoas.....	68
1.2.7.1	AL Previdência.....	68
1.2.8	Estado do Mato Grosso.....	69
1.2.8.1	Instituto Mato-grossense da Carne.....	69
1.2.9	Distrito Federal.....	70
1.2.9.1	Instituto Hospital de Base do Distrito Federal.....	70
1.3	Serviços sociais autônomos municipais.....	73
1.3.1	Município de Curitiba.....	73
1.3.1.1	Instituto Curitiba de Saúde.....	73
1.3.2	Município de Manaus.....	75
1.3.2.1	Fundo Único de Previdência de Manaus.....	75
1.3.3	Município de Petrópolis.....	76
1.3.3.1	Fundo de Saúde dos Servidores Públicos do Município de Petrópolis.....	76
1.3.3.2	Hospital Alcides Carneiro.....	78
1.3.4	Município de São Paulo.....	80
1.3.4.1	Agência São Paulo de Desenvolvimento.....	80
1.3.4.2	São Paulo Negócios.....	82
1.3.5	Município de Belo Horizonte.....	84
1.3.5.1	Hospital Metropolitano Doutor Célio de Castro.....	84
1.3.6	Município de Varginha.....	85
1.3.6.1	Instituto de Saúde dos Servidores Públicos de Varginha.....	85
1.4	Serviços sociais autônomos nas Constituições brasileiras.....	88
1.5	Conclusões.....	93
	Resumo Objetivo.....	94

CAPÍTULO 2 – SERVIÇOS SOCIAIS AUTÔNOMOS NO CONTEXTO DE SUJEITOS JURÍDICOS PRÓXIMOS	97
2.1 Entidades paraestatais, terceiro setor e entes de colaboração	99
2.2 Corporações ou autarquias profissionais, sindicatos e associações.....	106
2.3 Fundações	109
2.4 Agências executivas	117
2.5 Organização social.....	119
2.6 Organização da sociedade civil de interesse público.....	125
2.7 Organização da sociedade civil ou organização não governamental.....	128
2.8 Entidades de fomento.....	132
2.9 Entidades beneficentes de assistência social.....	137
2.10 Universidades Comunitárias ou Instituições Comunitárias de Educação Superior (ICES).....	138
2.11 Conclusões	140
Resumo Objetivo.....	141
CAPÍTULO 3 – ELEMENTOS CONSTITUTIVOS DOS SERVIÇOS SOCIAIS AUTÔNOMOS.....	145
3.1 Criação por lei	148
3.2 Pessoas jurídicas de direito privado regidas por normas de direito privado e de direito público.....	175
3.3 Fim social.....	186
3.3.1 Inconstitucionalidade da transformação do Instituto Nacional de Propriedade Industrial (INPI) em Serviço Social Autônomo.....	198
3.4 Sem sócios ou associados.....	202
3.4.1 Proposta de alteração do artigo 44 do Código Civil.....	206
3.5 Organização e direção superior a cargo da sociedade civil, do Poder Executivo e do sistema sindical	207
3.5.1 Inconstitucionalidades na Adaps e na Embratur	208
3.5.2 A proibição de retrocesso social nos serviços sociais autônomos... 3.5.2.1 A (in)constitucionalidade na redução dos valores ou desoneração de folha do Sistema S	211 213
3.5.3 A extinção dos serviços sociais autônomos.....	216
3.6 Serviços constitucionais não exclusivos de Estado.....	226
3.7 Controle externo dos Tribunais de Contas da União e dos órgãos ministeriais.....	238
3.7.1 A competência jurisdicional para julgamento das causas cíveis e de desvio de verbas dos serviços sociais autônomos	250
3.8 Controle interno pelos Departamentos Nacionais e pelas auditorias independentes	255
3.9 Poder constitucional de autorregulamentação e autogestão de recursos...	266

3.10 Financiamento público: dotações orçamentárias e contribuições tributárias.....	276
3.10.1 Constitucionalidade das contribuições tributárias destinadas ao Sistema S.....	296
3.10.1.1 Das características inerentes às contribuições de intervenção no domínio econômico. Regime jurídico do art. 149 da CF.....	298
3.10.1.2 Dos reflexos da Emenda Constitucional nº 33/2001. Nova redação conferida ao artigo 149 da CF.....	301
3.10.1.3 Da necessidade de interpretação sistemática para compatibilizar a norma do art. 149, § 2º, III e do art. 195, I, da Constituição Federal de 1988.....	304
3.10.1.4 Da base de cálculo da contribuição tributária ser matéria infraconstitucional.....	306
3.10.1.5 O RE 603.624 não trata da mesma matéria analisada quando do julgamento do Tema 1 de repercussão geral no STF.....	308
3.10.1.6 Os acertos da decisão do STF no desprovimento do RE 603.624.....	309
3.10.1.7 Notas conclusivas.....	311
3.10.2 O limite da base de cálculo das contribuições tributárias devidas ao Sistema S.....	312
3.10.2.1 Debate constitucional.....	314
3.10.2.2 Debate infraconstitucional.....	318
3.11 Poder constitucional de concessão de isenção tributária.....	321
3.12 Seleção de pessoal.....	325
3.13 Regime jurídico de pessoal, penal e de improbidade administrativa.....	330
3.14 Recebimento de mecanismos estatais e possibilidade de controle judicial por remédios constitucionais.....	333
3.15 Sujeição ativa tributária ou capacidade para cobrança tributária.....	340
3.16 Imunidade tributária de contribuições sociais e de impostos.....	350
3.16.1 Serviços sociais autônomos: dispensa de recolhimento do depósito recursal.....	359
3.17 Conclusões.....	362
Resumo Objetivo.....	364
CAPÍTULO 4 – CONCEITO CONSTITUCIONAL DOS SERVIÇOS SOCIAIS AUTÔNOMOS.....	373
4.1 Fatores considerados no arranjo institucional e que incidem na decisão política de descentralizar determinado serviço como serviço social autônomo....	373
4.2 A natureza jurídica dos serviços sociais autônomos.....	377
4.2.1 Prévia compreensão sobre regime jurídico e natureza jurídica.....	378

4.2.2	Vertentes doutrinárias	379
4.2.2.1	Serviços sociais autônomos como entes paraestatais.....	379
4.2.2.2	Serviços sociais autônomos como entes associativos ou fundacionais	384
4.2.2.3	Serviços sociais autônomos como entes de primeiro, segundo e terceiro tipos.....	386
4.2.2.4	Serviços sociais autônomos como agências executivas, sob a forma de autarquia.....	390
4.2.2.5	Serviços sociais autônomos como entidades <i>sui generis</i>	391
4.3	Existe um Sistema S?.....	395
4.4	Proposta de conceito constitucional dos serviços sociais autônomos	406
4.5	Conclusões.....	411
	Resumo Objetivo.....	413
	 REFERÊNCIAS.....	 415